

A *RATIO STUDIORUM* E OS ESTUDOS HUMANÍSTICOS III: LATIM CULTO E LATIM BÁRBARO*

Falar da *Ratio Studiorum* é falar de um texto fundador que permitiu o desenvolvimento de um sistema escolar de alcance internacional e europeu. A rede de colégios que os Jesuítas criaram em toda a Europa constituiu efectivamente um sistema escolar dotado de um plano de estudos e regulamento próprios, cuja existência se deveu a uma reflexão prévia que acompanhou 50 anos de experiência, em todas as províncias.

O cânone de estudos da Companhia era muito mais do que um regulamento de disciplina escolar. Era um verdadeiro projecto pedagógico, com a originalidade de resultar de uma prática testada durante décadas e com a autoridade que dela decorria.

A longa reflexão a que me refiro fez com que a versão definitiva da *Ratio* fosse precedida de três redacções sucessivas, com diferenças e semelhanças entre si. Enquanto as duas primeiras (1586/A e 1586/B) consistem numa espécie de tratado sobre os estudos superiores e inferiores, as duas seguintes (1591 e 1599) tomaram a forma de conjuntos de regras práticas para as diversas funções - embora respeitem os mesmos princípios pedagógicos enunciados nas versões anteriores, bem como na Parte IV das *Constituições*. Se a primeira e a terceira redacção eram documentos provisórios para submeter à opinião das províncias, a segunda e a quarta constituíam redacções finais resultantes de uma revisão que pretendia atender às observações de cada província. O último texto, de 1599, vinha portanto substituir todos os anteriores, de tal maneira que o Padre Geral, Cláudio Acquaviva, mandou queimar todas as cópias das edições precedentes.

Foi portanto com base neste plano de estudos que os Jesuítas desenvolveram a sua actividade pedagógica e intelectual em todo o mundo, ao longo de cerca de dois séculos, até 1773, ano em que a Companhia foi extinta.

* Vd. “*Ratio Studiorum* e Estudos Humanísticos I: defesa das Humanidades” *BEC* 37 (2002) 105-115 e “*A Ratio Studiorum* e os Estudos Humanísticos II: defesa dos professores de Humanidades” *BEC* 39 (2003) 59-74.

A Idade Média já conhecera outros planos de estudos de menor alcance, intitulados *Ratio Studiorum*, que se destinavam a pequenas comunidades religiosas e eclesiásticas (os Agostinianos, por exemplo). Mas a *Ratio* da Companhia de Jesus impunha-se desde logo por uma diferença: além de se destinar quer a futuros clérigos quer a leigos, num sistema de ensino mais alargado e gratuito, ela não se limitava a deliberar sobre a Filosofia e a Teologia (os estudos tradicionalmente mais próprios do estado clerical), mas passava a incluir também entre o curriculum de todos os estudantes o estudo das Humanidades e da Retórica.

A proposta pedagógica dos Jesuítas enfim amadurecida na *Ratio Studiorum* vinha transfigurar o programa escolástico medieval, com a introdução sistemática dos estudos de Humanidades e Retórica e a diferente valorização dos saberes que estava subjacente ao fenómeno do Humanismo. Assim, o programa humanístico do Renascimento (que incluía a Gramática, a Poesia, o Teatro, a Retórica e a História) não só ganhava cidadania nos estudos eclesiásticos, como se expandia à sociedade civil, aos leigos que frequentavam o ensino e às cidades que acolhiam os colégios – num século em que a procura da escolaridade crescia exponencialmente.

A *Ratio Studiorum* não pode, portanto, ser vista apenas como a responsável por um certo imobilismo criativo literário – acusação que resulta de nela ser sustentada uma certa reserva metódica em relação à inovação. Ela definiu o projecto pedagógico daqueles que foram efectivamente os educadores da Europa ao longo de várias gerações, durante mais de dois séculos. Ela foi também a responsável por uma subida em flecha da actividade editorial, ligada à própria actividade pedagógica (em que abundam efectivamente os textos clássicos pagãos) e por uma alteração substancial da valorização dos saberes.

O texto da *Ratio* de que aqui me vou ocupar é o texto de 1586 /B. A sua importância para o estudo da actividade pedagógica e intelectual dos Jesuítas na Europa moderna não é menor que a do texto de 1599. Além de conter a semente do que veio a ser todo o conjunto de Regras para os diversos officios do Colégio (estabelecidas na *Ratio* de 1599), expõe ainda uma série de princípios educativos que o texto oficial não conservou, nomeadamente uma longa e reflectida apologia do estudo das Humanidades e da Retórica.

Podemos considerar ter sido essa uma das principais características da educação da Companhia de Jesus: a inclusão das Humanidades como objecto de estudo tão relevante como a Filosofia e a Teologia, por um lado, e a con-

vergência de todo o sistema escolar para o estudo da Retórica e da eloquência, agora tornada obrigatória para todos quantos quisessem progredir nos estudos.

O texto começa por enumerar as razões pelas quais se deve favorecer os estudos humanísticos, numa época em que eles são ainda subestimados pelo sentir da própria comunidade escolar. Porque Inácio de Loyola assim o quisera, de modo particular para os membros da Ordem (e por isso as Constituições da Companhia determinavam que houvesse colégios exclusivamente dedicados ao ensino e aprendizagem das línguas), e também por razões de justiça histórica, pois muitos eram os colégios cujas rendas se fundamentavam precisamente no ensino da Gramática e das Letras.

No entanto, a principal razão para o cultivo das Letras e Humanidades era de natureza ideológica. O bom uso da língua latina era indispensável para o avanço nos outros saberes, para a composição de livros e tratados, para o entendimento mais autêntico dos Santos Padres (uma das grandes fontes do cristianismo) lendo-os no original, e também para o entendimento entre as nações, já que a actividade escolar jesuítica não conhecia fronteiras.

As Humanidades eram, pois, para os autores da *Ratio*, como as raízes das quais dependia todo o florescimento de ramagens, flores e frutos, constituídos por todos os saberes. Ou, noutra imagem, as Humanidades eram a planta que o agricultor devia semear e tratar com todo o esmero, ao passo que a Filosofia e a Teologia eram as *plantas nascediças*, que cresceriam sem a intervenção do agricultor.

Por isso, num primeiro momento a *Ratio* expõe meios muito concretos pelos quais se deve favorecer, nos colégios, o estudo das Humanidades – num trecho que revela muitas práticas habituais da gestão do quotidiano escolar do século XVI.¹

Depois, insiste na necessidade de proteger e favorecer os próprios professores de Humanidades.² Baseando-se no princípio de que “a honra eleva as artes”, o texto enuncia todo um conjunto de medidas a adoptar, para que os professores de Humanidades possam adquirir o prestígio que lhes é devido. O texto chega mesmo a afirmar a conveniência de, entre os candidatos à

¹ “A *Ratio Studiorum* e os estudos humanísticos I: defesa das Humanidades” *BEC* 37 (2002) 105-115.

² “A *Ratio Studiorum* e os estudos humanísticos II: defesa dos professores de Humanidades” *BEC* 39 (2003) 59-74.

Companhia, dar preferência àqueles que mais se distinguirem nas disciplinas de Humanidades.

Finalmente, para que a valorização das Humanidades se estendesse também à Filosofia e à Teologia e assim se elevasse o nível daqueles estudos, a *Ratio* prescrevia que os professores de Filosofia e de Teologia fossem escolhidos de entre os mais hábeis nos estudos humanísticos, a fim de erradicar do seu ensino a barbárie (*barbaries*), e de convencer a todos que é indecoroso exprimir-se de modo inculto, incorrecto e impreciso, e que é belo exprimir-se em linguagem elegante (*ut turpe sibi putent barbare et inquinatè loqui; pulchrum diserte et latine*).

Como se verá pelo desenvolvimento do texto, esse propósito tinha no entanto que lutar contra um preconceito geral que considerava afectada e artificial a ‘pureza’ da língua, principalmente se associada ao saber escolástico da Dialéctica e da Filosofia – como se associar a eloquência à filosofia fosse tão absurdo como juntar o carvoeiro ao homem da lavandaria, diz o texto. Os autores da *Ratio* tinham noção de quanto era forçoso combater essa mentalidade e bani-la da prática quotidiana dos colégios, pois aparentemente até os mais cultos contaminavam a sua linguagem para que os outros não troçassem deles como maçadores inoportunos. A consciência desta necessidade de lutar contra um preconceito constitui para nós uma prova evidente de que os professores jesuítas foram efectivamente agentes de mudança na valorização dos saberes.

A intenção dos autores da *Ratio* era, portanto, erradicar a *barbaries*, isto é, o latim menos culto, incorrecto, ou simplesmente falado por aqueles que não conheciam os textos da Antiguidade clássica. E essa obrigação impunha-se não apenas aos mestres e discípulos de Humanidades mas também, com igual exigência, aos mestres e discípulos de Filosofia e de Teologia, na afirmação explícita da aliança entre eloquência e filosofia.

Deste modo a *Ratio* oferecia aos outros saberes a porta para o *aggiornamento* necessário e declarava abertamente a sua filiação no programa do Humanismo.

RATIO ATQUE INSTITUTIO STUDIORUM SOCIETATIS IESU,
Anni 1586 retractata
De Studiis Humanitatis hoc est, Grammaticae, Historiae, Poeticae et
Rhetoricae. Caput Primum³
(...)

[Como favorecer os estudos humanísticos e elevar o seu nível. Do latim bárbaro ao latim culto e elegante]

Ad sublevanda etiam ac promovenda haec studia (...) plurimum etiam valebit, si praescribatur provincialibus, ut minimum binos aut ternos habere curent in suis provinciis eloquentia et humanioribus literis praestantes. Quod ita consequentur, si ex iis, qui ad haec studia idonei propensique sunt, aliquot ad ea subinde applicent, caeteris facultatibus satis excultos.

Illud quoque primum conferet, si caeterarum disciplinarum magistri ac discipuli ad haec studia afficiantur, ut turpe sibi putent barbaramente et inquinatè loqui; pulchrum diserte et latine. Plerique enim sive incitia, sive sermonis negligentia, sive etiam prava quadam consuetudine atque opinione, quae increbuit, parum acutos esse in intelligendo, qui sint in loquendo disertè, barbarie delectantur.

Itaque in philosophiae ac theologiae scholis fere barbaries dominatur, et si quis paulo purius loqui conetur, exagitur ut putidus; quod contra accidere oporteret iis, qui negligentè ac barbaramente loquuntur. Quocirca faciendum videtur, ut ex his quoque scholis barbaries explodatur.

Qua plurimi necessitate utuntur, sed voluntariam fingunt; atque ita ad eam elegantes quoque alliciuntur, ne irrideantur ab aliis. Quae res non modo scholas nostras aliqua aspergit labe, quam vitare possemus; verum etiam sermonem inquinat eorum, qui politioribus litteris operam posuerunt; ut iam eloquentiae et philosophiae societas talis sit, qualis fullonis et carbonarii.

³ Ladislaus LUKÁCS (ed.), *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu (1586, 1591, 1599)*, Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, V, Romae, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986, pp. 180-181.

Huic incommodo obviam iri potest, si philosophiae ac theologiae magistri discipulique his litteris immisceantur, ut non tantum intelligant, sed etiam experiantur: recte loquendi rationem non impedimento esse (quod illi arbitrantur) ad recte intelligendum, sed magno adiumento ad sensa animi vel cum dignitate magistrorum vel cum discipulorum utilitate efferenda. Quocirca utrisque interdicenda barbaries, ac latina lingua sedulo commendanda.

Ac magistris quidem philosophiae superiorumque facultatum praecipendum, ut quotannis in auspiciis docendi praefationem habeant minimum unius quadrantis horae. Barbariem vero non modo ipsi fugiant, verum etiam in discipulis reprehendant; aut certe, si ipsi quod in his rebus rudes sint, barbariem fugere non possint, significant sibi displicere.

Commendandum quoque, ut quicumque publicas theses in celebri aliquo actu defensuri sunt (id vero nullis argumentantibus concedendum est), brevem habeant praefatiunculam, ut ab omni assentationis specie alienam, ita bene latinam, et a praefecto studiorum probatam, nimirum ut diserticolant haec studia, quae etiam philosophis ac theologis decora esse videant; caeteri vereantur elegantiae studiosos contemnere, quorum opem aliquando imploratos sese intelligant.

Atque in argumentado videant non modo, quid dicturi sint, sed etiam quomodo dicturi; ne in syllogismis, quod saepe accidit, non barbarismos modo, sed etiam solaecismos admittant. Haec autem omnia, quae optamus, sua sponte evenient, si philosophiae ac theologiae magistri ex studiorum humanitatis et peritis et studiosis deligantur, et in problematis ac disputationibus publicis disertis discipuli indisertis (si caetera sint fere paria) anteponantur.

Illud quoque non parum ad haec studia conducet vel conservanda vel excitanda, si praecipiat magistris ac discipulis, ut litteras, quas ad eos mittunt, qui latine intelligunt, scribant latine. Quae res non modo alet loquentiam, sed etiam compescet multorum in scribendo loquacitatem.

Rursus si, ut philosophis ac theologis, qui poeticam non ignorant, imperetur ut minimum bis in anno in renovatione studiorum et votorum carmina scribant et proponant. Sic iis, qui abhorrent a musis, praecipiat,

ut pro carmine brevem cohortationem aut paradoxon, aliudve huiusmodi, ad id quod agitur accommodatum, soluta oratione conscribant affigantque.

(...)

Ac primum, separandane sint humaniorum et superiorum facultatum seminaria, provinciales consulant Generalem ex sua unusquisque provincia.

TRADUÇÃO

[Como favorecer os estudos humanísticos e elevar o seu nível. Do latim bárbaro ao latim culto e elegante]

«Para dignificar e favorecer os estudos [humanísticos] (...) será extremamente útil prescrever aos provinciais o encargo de manterem, nas suas províncias, ao menos dois ou três elementos que se distingam na eloquência e nas disciplinas de Humanidades. Isso será possível se, de entre os que possuem maior inclinação para isso ou forem mais dotados, o provincial escolher alguns, já bem formados nos outros estudos, para se dedicarem especialmente aos estudos humanísticos.

Será igualmente proveitoso que se dediquem a estes estudos os mestres e discípulos das restantes disciplinas, a fim de poderem reconhecer como lhes fica mal falar um latim bárbaro e degenerado, e como é digno exprimir-se com perfeição.

Muitos são, na verdade, os que se deleitam em falar uma língua bárbara – ou por ignorância, ou por simples negligência, ou por algum mau hábito, ou mesmo pela ideia, hoje difusa, de que aqueles que se exprimem com elegância são os mais tardos de entendimento.

É por essa razão que, nas classes de Filosofia e de Teologia, ainda hoje reina uma língua bárbara, e se alguém se esforça por falar mais correctamente é logo visto como um maçador inoportuno. Pelo contrário, essa acusação caberia antes àqueles que falam numa língua bárbara e cheia de erros. Parece, pois, necessário banir o latim bárbaro também destas classes.

São muitos os que o usam por necessidade, fingindo que o fazem de propósito, de tal maneira que até os mais cultos são induzidos a usá-lo, para evitar que se riam deles. Este costume está a deixar nas nossas escolas uma certa nódoa que devemos evitar, e chega mesmo a contaminar a linguagem daqueles que se dedicam a estudos literários mais exigentes, de tal modo que

a aliança da eloquência e da filosofia chega a parecer tão imprópria como a do carvoeiro ao homem da lavanderia.

Uma solução para este problema consistirá em atrair às Letras os próprios mestres e discípulos de Filosofia e de Teologia, a fim de que eles possam compreender e acima de tudo descobrir pela sua própria experiência que a correcção da língua não prejudica a sua compreensão (como eles pensam), mas constitui um poderoso auxílio para a expressão dos sentimentos da alma – com grande mérito para os mestres e com não menor proveito para os alunos. A uns e outros se deve portanto proibir o latim bárbaro e recomendar vivamente o uso do bom latim.

Aos mestres de Filosofia e das faculdades superiores deve-se prescrever que todos os anos, no início das aulas, profiram um pequeno discurso inaugural de, ao menos, um quarto de hora. Os professores devem não apenas evitar as incorrecções de linguagem⁴ como repreendê-las nos alunos. Se todavia não puderem evitá-las, por serem eventualmente pouco instruídos nessa matéria, manifestem ao menos o seu próprio pesar.

Aos que estão para defender teses públicas em acto solene (não aos respectivos arguentes) recomenda-se que comecem por um breve discurso, sem qualquer espécie de lisonjas, em bom latim, previamente aprovado pelo prefeito de estudos. Deste modo os bem falantes hão-de estimar estes estudos, que até por filósofos e teólogos são estimados; e os outros não ousarão subestimar quem cultiva a elegância [da expressão], pois hão-de perceber que, por vezes, eles próprios precisarão da sua ajuda.

Nas argumentações, tenha-se em conta não só o que se diz mas o modo como se diz. Nos silogismos não seja admitido qualquer barbarismo (como frequentemente acontece) nem solecismo.

Todas estas regras que estabelecemos serão naturalmente observadas se os professores de Filosofia e de Teologia forem escolhidos de entre os mais hábeis e mais afeiçoados aos estudos humanísticos, e também se, nas questões e nas disputas públicas, em caso de paridade de circunstâncias, forem preferidos os alunos mais eloquentes, em prejuízo dos menos eloquentes.

⁴ O termo latino continua a ser *barbaries*, ou seja '*barbarismo*', ainda hoje usado pela taxonomia dos erros linguísticos.

Para conservar e incrementar estes estudos, não menos importante será obrigar mestres e discípulos a escrever em latim as cartas que enviam a todos aqueles que entendem a língua latina. Esse hábito não só favorece a eloquência como também ajudará a moderar aqueles que são mais prolixos na escrita.

Ainda quanto aos filósofos e teólogos, que não ignoram a arte poética, ordena-se que componham e exponham poemas, ao menos duas vezes por ano – na abertura solene das aulas e na renovação dos votos. Àqueles que forem realmente avessos às musas, estabelece-se que, em vez de um poema, escrevam e afixem alguma composição em prosa (uma pequena exortação, ou um paradoxo ou qualquer outra obra adequada à circunstância).

(...)

Quanto à eventual conveniência de separar ou não os colégios destinados ao estudos das Humanidades dos colégios destinados às faculdades superiores, cada Provincial deverá consultar o Padre Geral.»

MARGARIDA MIRANDA